



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2015, 05 de janeiro de 2015.

Disciplina a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Santana da Vargem - MG, no uso das atribuições legais,

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº. 036 de 24 de setembro de 2014;

Considerando a necessidade de simplificar o cumprimento das obrigações tributárias acessórias relativas à emissão de notas fiscais de serviços, a guarda e a conservação de documentos fiscais;

ESTABELECE:

Art. 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), instituída pelo Decreto nº 036 de 24 de setembro de 2014 será emitida na forma prevista nesta Instrução Normativa.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTANA DA VARGEM**

PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS

Publicado em 05 de 01 de 2015

1
mao



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

Art. 2º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é o documento fiscal emitido e armazenado eletronicamente em software próprio do Município de Santana da Vargem - MG, com o objetivo de materializar os fatos geradores do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), por meio do registro das operações de prestação de serviços sujeitas ao imposto.

Parágrafo único. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) será emitida por ocasião da prestação de serviço.

Art. 3º A NFS-e, será emitida de acordo com as seguintes informações:

- I- número sequencial;
- II- código de verificação de autenticidade;
- III- data da emissão;
- IV- identificação do prestador de serviços, com:
 - a) razão social;
 - b) endereço;
 - c) "e-mail";
 - d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - e) inscrição no Cadastro Econômico Municipal.
- V- identificação do tomador de serviços, com:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço;
 - c) "e-mail";
 - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- VI- código do serviço;
- VII- discriminação do serviço;
- VIII- valor total da NFS-e;
- IX- valor da dedução, se houver;
- X- valor da base de cálculo, da alíquota aplicável e do valor do ISS;

✓

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

XI- indicação de imunidade ou de isenção relativas ao ISS, quando for o caso;

XII- indicação de serviço não tributável pelo Município de Santana da Vargem - MG, quando for o caso;

XIII- indicação de retenção de ISS na fonte, quando for o caso.

§ 1º O número da NFS-e será gerado eletronicamente pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 2º A identificação do e-mail do tomador de serviços, de que trata a alínea c do inciso V do caput é opcional.

Art. 4º A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é obrigatória para todos os prestadores de serviços estabelecidos no Município de Santana da Vargem - MG.

§ 1º O início da obrigação da emissão da NFS-e dar-se-á de forma gradual e por serviços pelo período máximo de 90 (noventa) dias, a contar da disponibilização do sistema, através de comunicação para recadastramento e autorização para emissão de NFS-e.

§ 2º Documentação exigida neste artigo para recadastramento de prestadores e tomadores de serviços são:

I- Cartão de Inscrição CNPJ atualizado emitido pelo site da Receita Federal;

II- Contrato Social ou Estatuto que evidencie o representante legal do contribuinte;

III- Ata de reunião ou de assembléia que elegeu o representante legal do contribuinte, se for o caso;

21

mao.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

IV- Procuração emitida pela Secretária de Fazenda de Santana da Vargem - MG atribuindo poderes aos representantes legais do contribuinte com firma reconhecida do representante legal;

V- documento de identificação com foto das pessoas representantes legais do contribuinte.

§ 3º Independentemente do disposto no caput, o contribuinte poderá solicitar a autorização para o uso da NFS-e, excluído aqui, a solicitação para emissão de nota fiscal avulsa.

§ 4º A opção de que trata o disposto no § 1º deste artigo, uma vez deferida, será irretratável por parte do contribuinte.

§ 5º Os prestadores de serviços autorizados pelo recadastramento ou que iniciarem a atividade a partir do início da entrada em vigor desta Instrução Normativa, cuja data do início da obrigação já esteja em vigor, ficam automaticamente obrigados à emissão da NFS-e.

Art. 5º A emissão da NFS-e somente poderá ser feita após a autorização da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 6º A NFS-e será emitida “online”, por meio da Internet, no endereço eletrônico <http://www.santanadavargem.mg.gov.br/>.

§ 1º O contribuinte obrigado a emitir NFS-e, assim como os que fizerem opção pela emissão, deverá emití-la para todos os serviços prestados.

§ 2º A NFS-e emitida deverá ser emitida em via única, a ser entregue ao tomador de serviços, salvo se enviada por “e-mail” ao tomador de serviços por sua solicitação.

41 4 mso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

§ 3º O prestador de serviços que ficar inadimplente com o recolhimento do ISSQN em 3 (três) parcelas terá suspenso seu acesso ao sistema de NFS-e até a regularização do débito.

Art. 7º No caso de eventual indisponibilidade do sistema para a emissão “online” da NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Prestação de Serviços (RPS).

§ 1º O RPS deverá ser transmitido para a Secretaria Municipal de Fazenda no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da prestação de serviços, para fins de conversão em NFS-e.

§ 2º O RPS emitido, para todos os fins de direito, perderá sua validade depois de transcorrido o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º A não substituição do RPS pela NFS-e, ou a sua substituição fora do prazo, sujeitarão prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 4º A não substituição do RPS pela NFS-e equiparar-se-á a não emissão de nota fiscal de serviço.

§ 5º O RPS deve ser emitido em 02 (duas) vias, contendo todos os dados que permitam a sua substituição pela NFS-e, sendo a 1ª via destinada ao tomador de serviços e a 2ª via para o emitente.

§ 6º O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente seqüencial a partir do número 01 (um), para cada sujeito passivo.

Art. 8º O contribuinte obrigado ao uso da NFS-e, que possuir nota fiscal convencional já confeccionada, deverá devolvê-la ao Fisco Municipal para fins de cancelamento.

51



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

Art. 9. A NFS-e poderá ser cancelada por meio do sistema emitente, antes do pagamento do imposto correspondente.

Parágrafo único. Após o pagamento do imposto, a NFS-e somente poderá ser cancelada por autorização do Fisco municipal, a ser concedida em processo administrativo, por solicitação do contribuinte.

Art. 10. A NFS-e emitida poderá ser substituída por outra, quando houver erro no preenchimento e desde que não esteja com pagamento efetuado.

§ 1º Não será aceita a substituição de NFS-e para fins de mudar o tomador do serviço e o valor do serviço.

§ 2º Quando o erro de emissão na NFS-e que motivar a substituição for os dados do tomador do serviço ou o valor do serviço, o contribuinte deverá realizar o cancelamento da nota emitida errada e emitir uma nova nota.

Art. 11. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Santana da Vargem - MG, enquanto não transcorrer o prazo decadencial para constituição do crédito tributário do ISSQN.

§ 1º Após o transcurso do prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

§ 2º O fornecimento das informações previstas no §1º será realizada após o recolhimento da taxa correspondente.

Art. 12. O documento fiscal de serviço emitido sem a observância ao disposto nesta Instrução Normativa, por contribuinte obrigado a utilizar a NFS-e, será considerado inidôneo e sujeitará o responsável às multas previstas na

51 ⁶mao.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

legislação tributária do Município de Santana da Vargem - MG, para esse tipo de infração, sem prejuízo do pagamento do imposto incidente sobre o serviço.

Art. 13. O recolhimento do ISS decorrente dos fatos geradores configurados pela emissão da NFS-e deverá ser feito pelos mesmos meios já em uso para os demais documentos fiscais previstos na legislação tributária.

Parágrafo único. A emissão do boleto para pagamento do imposto previsto no caput será realizada, exclusivamente, através do site da Prefeitura Municipal de Santana da Vargem - MG.

Art. 14. Os prestadores de serviços e os tomadores ou intermediários de serviços, responsáveis ou não pelo recolhimento do imposto, ficam obrigados a Declarar a Movimentação Resumida de Serviços Prestados e Tomados.

§ 1º A obrigatoriedade de entrega da DMR permanece para:

I - os contribuintes, relativamente à informação dos Recibos Provisórios de Serviços (RPS) emitidos, a emissão de outros documentos fiscais e aos serviços tomados de terceiros, materializados em documentos diversos da NFS-e e de dentro e/ou de fora do território do Município;

II - os substitutos e/ou responsáveis tributários, relativamente aos serviços tomados de prestadores estabelecidos no Município, materializados em documentos diversos da NFS-e e de todos os serviços tomados de fora do território do Município.

Art. 15. Os contribuintes do ISS são obrigados a afixarem nos seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa contendo a informação de que o prestador de serviço é obrigado à emissão de Nota Fiscal de Serviços.

✓

7/20.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000

Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

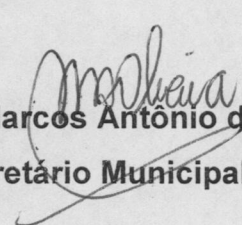
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

Parágrafo único. A placa a ser afixada no estabelecimento deverá citar a data de início para emissão de NFS-e autorizado pela Secretaria de Fazenda de Santana da Vargem - MG.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Santana da Vargem-MG, 05 de janeiro de 2015.


Vitor Donizetti Siqueira
Prefeito Municipal


Marcos Antônio de Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda